Fls 07

PARECER Nº 005/2023

Projeto de Lei nº 011-E-2023

De autoria do Executivo Municipal, o anexo Projeto de Lei ***Dispõe sobre o reajuste da Unidade Padrão de Vencimentos – UPV, vencimentos em reais, e dá outras providências.***

A proposta de lei se encontra devidamente acompanhada de justificativa, fls. 04 e 05, e está acompanhada de documento de fls. 06.

É o relatório.

PARECER

As normas relativas aos servidores municipais reputam-se assunto de exclusiva competência legislativa do Município (art. 39, *caput*, da CRFB/88), por força da autonomia político-administrativa que lhe foi outorgada pela Constituição de 1988, nos termos de seus artigos 1º, 18, 29 e 30. Cabe ao Município, mediante Lei de iniciativa do Executivo (art. 61, § 1º, II, "c", da CRFB), a organização do regime funcional de seus servidores, incluindo-se, aí, as regras sobre a composição do sistema remuneratório e demais vantagens e benefícios funcionais. Para tanto, impõe-se observar os comandos constitucionais dirigidos ao servidor público, em especial nos artigos 37 a 41.

1

As normas relativas à estrutura administrativa municipal reputam-se assunto de exclusiva competência legislativa do Município, por força da autonomia político-administrativa que lhe foi outorgada pela Constituição da República, nos termos dos seus artigos 1º, 18, 29 e 30.

A proposta em estudo se nos afigura revestida da condição de legalidade no que concerne à competência (art. 13, X), e quanto à iniciativa, que é privativa do Prefeito Municipal (art. 60, I), sendo os dispositivos relacionados pertencentes à Lei Orgânica do Município de Conselheiro Lafaiete.

A proposta de Lei em análise objetiva conceder revisão geral anual aos servidores públicos municipais, e conforme consta da justificativa de

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Fls. 08

fls. 04 e 05, o período compreendido pela revisão proposta pelo Projeto de Lei ora em análise foi considerado entre janeiro a dezembro de 2022, conforme determinação contida na Lei Orgânica Municipal.

A revisão geral anual é direito constitucional cuja finalidade é assegurar a manutenção do poder aquisitivo da remuneração de agentes públicos frente aos efeitos da inflação e, portanto, a irredutibilidade estipendial, conforme previsão contida no inciso X do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Existe duas espécies de alteração da remuneração dos servidores municipais. A *revisão geral anual* é feita por lei específica, de iniciativa do Prefeito, para a reposição das perdas inflacionárias, e que abrange todos os servidores do Município, não importando aumento, mas, tão-somente, mera revisão do valor nominal dos vencimentos. Já o *aumento remuneratório propriamente dito* pode ser concedido setorialmente a determinadas carreiras e importa elevação do valor real da remuneração.

A revisão geral anual não pode ser confundida com o aumento de vencimentos. A revisão de vencimentos tem o objetivo de alterar o valor nominal da remuneração para compensar as perdas inflacionárias. É uma mera correção, que deve, portanto, abranger, todos os servidores municipais, tanto do Legislativo quanto do Executivo.

A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso X, assegurou aos servidores públicos e àqueles que percebem o subsídio de que trata o § 4º, do art. 39, da Constituição Federal, a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Já a Lei Orgânica do Município assegurou tal revisão em seu art. 131, porém, a única diferença entre os dispositivos citados foi a estipulação pela Carta Magna do princípio da periodicidade, ou seja, garantiu anualmente ao servidor público, no mínimo, uma revisão geral. Em 1991 foi acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 001/91 o §3º ao art. 121, da Carta Municipal, estipulando o mês de abril como sendo o mês para se conceder a

Fls. 09

revisão pretendida, revista pela Emenda à Lei Orgânica nº 24, de 15 de fevereiro de 2019, que estabeleceu o mês de janeiro como data base para a concessão de revisão geral aos servidores públicos municipais. O Executivo Municipal, detentor da iniciativa de projeto de lei desta natureza, conforme determina o art. 60, I, da Lei Orgânica do Município, encaminhou a proposição em epígrafe concedendo revisão aos servidores, atendendo assim, a direito garantido aos mesmos.

No que diz respeito à previsão da revisão geral anual na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é possível verificar que tal previsão encontra-se encartada no artigo 18 da Lei nº 6.057, de 27 de julho de 2021, que *Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.*

Ante todo o exposto, resta claro que é legal, jurídico e constitucional a revisão anual com base em índice oficial de apuração da inflação do período, para fins de recomposição do poder de compra da moeda, conforme se pretende no anexo Projeto de Lei, não havendo impedimentos para a sua aprovação, devendo o referido Projeto receber emendas de técnica legislativa. 3

Relativamente ao quesito mérito, pronunciar-se-á o soberano Plenário.

CONCLUSÃO

Além da Comissão de Legislação e Justiça devem ser ouvidas também as Comissões de Serviços Públicos, Administração Municipal, Política Urbana e Rural e de Economia, Finanças, Tributação e Orçamentos.

QUORUM

Maioria simples dos Vereadores (art. 139, parágrafo único, do Regimento Interno).

Fls. 14

TURNOS DE VOTAÇÃO

O Projeto deverá ser submetido a dois turnos de discussão e votação (art. 223, do Regimento Interno).

S.m.j., é o Parecer, sob censura.

CONSELHEIRO LAFAIETE, 13 DE FEVEREIRO DE 2023.

GILCINÉA DA CONSOLAÇÃO TÉLES
– Procuradora do Legislativo –
– OAB/MG 81.681 –

LEONARDO BRUNO AZEVEDO OLIVEIRA
– Analista Jurídico –

/GCT/

Rua Assis Andrade, 540 - Centro - Conselheiro Lafaiete - CEP 36400-067 - (31) 3769-8100 / 3769-8103
E-mail: camara@conselheirolafaiete.mg.leg.br - Site: www.conselheirolafaiete.mg.leg.br

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE MG
FLS 11

SUGESTÃO DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 011-E-2023

Emenda Nº 001 ao Projeto de Lei nº 011-E-2023

A Ementa do Projeto de Lei nº 011-E-2023 passa a viger com a seguinte redação:

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO VALOR DA UNIDADE PADRÃO DE VENCIMENTOS – UPV, REVISÃO GERAL ANUAL DE VENCIMENTOS EM REAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Emenda Nº 002 ao Projeto de Lei nº 011-E-2023

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 011-E-2023 passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder a revisão geral anual do valor da UPV – Unidade Padrão de Vencimentos, no percentual de 5,79% (cinco vírgula setenta e nove por cento) aos servidores públicos municipais efetivos, ativos e inativos, servidores municipais estáveis na forma do art. 19 do ADCT da Constituição da República Federativa do Brasil e pessoal designado.

Parágrafo único – A revisão geral anual do valor da UPV – Unidade Padrão de Vencimentos, corresponde à variação da inflação medida pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE, uniformizando assim a revisão, no período compreendido entre 1º janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, objetivando reposição do poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores públicos municipais."

5

Emenda Nº 003 ao Projeto de Lei nº 011-E-2023

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 011-E-2023 passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 2º - Fica revisado no mesmo percentual de 5,79% (cinco vírgula setenta e nove por cento) os valores constantes como vencimentos dos cargos relacionados no Anexo II – Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Lei Complementar nº 015, de 05 de maio de 2009 e suas respectivas alterações, para fins de concessão de revisão geral anual aos titulares dos cargos e funções de que trata o Anexo mencionado, passando o mesmo a viger com a seguinte redação:

ANEXO II
"QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS"

CÓDIGO	CARGO	Nº VAGAS	VENCIMENTO	RECRUTAMENTO
CPC-02	Ouvidor	1	R$8.379,95	Amplo
CPC-03	Controlador	1	R$ 8.379,95	Amplo

Fls 12

CPC-04	Diretor de Departamento	17	R$ 6.282,15	Amplo
CPC-05	Secretário Adjunto	6	R$ 8.379,95	Amplo
CPC-06	Assessor I	2	R$ 8.379,95	Amplo
CPC-07	Assessor II	3	R$ 6.282,15	Amplo
CPC-08	Assessor III	6	R$ 4.204,21	Amplo
CPC-09	Assessor IV	7	R$ 2.923,59	Amplo
CPC-10	Assessor V	23	R$ 2.013,55	Amplo
CPC-11	Gerente	33	R$ 4.204,21	Amplo
CPC-12	Diretor de Escola III	3	R$ 6.282,14	Amplo
CPC-13	Diretor de Escola II	10	R$ 4.204,21	Amplo
CPC-14	Diretor de Escola I	7	R$ 2.923,59	Amplo
CPC-15	Vice-Diretor I	6	R$ 2.013,55	Amplo
CPC-16	Vice-Diretor II	12	R$ 2.923,59	Amplo
CPC-17	Secretária de Gabinete	2	R$ 2.923,59	Amplo
CPC-18	Chefe de Seção	64	R$ 2.923,59	Amplo
CPC-19	Função Gratificada – FG I	36	R$ 1.027,20	Restrito
CPC-20	Função Gratificada – FG II	14	R$ 821,82	Restrito
CPC-21	Função Gratificada – FG III	15	R$ 616,42	Restrito
CPC-23	Chefe de Gabinete	1	R$ 10.496,51	Amplo"

6

Emenda Nº 004 ao Projeto de Lei nº 011-E-2023

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 011-E-2023 passa a viger com a seguinte redação:

Art. 3º - Fica revisado no mesmo percentual de 5,79% (cinco vírgula setenta e nove por cento) os valores constantes como vencimentos dos cargos CPE-125 – Técnico Enfermagem Especialista em ESF, CPE-126 – Enfermeiro Especialista em ESF e CPE-127 – Médico Especialista em ESF, passando o §2º do artigo 17 da Lei nº 3.597, de 14 de dezembro de 1994 a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 - .....

(.....)

§ 2º – Os vencimentos dos cargos CPE-125, CPE-126 e CPE-127 são aqueles estabelecidos nos incisos abaixo, acrescido do cumprimento de metas conforme legislação específica:

I – CPE-125 - Técnico Enfermagem Especialista em ESF – R$ 1.834,75 (hum mil oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos);

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
Fls. 13

II – CPE-126 - Enfermeiro Especialista em ESF – R$ 2.808,30 (dois mil oitocentos e oito reais e trinta centavos);

III – CPE-127 - Médico Especialista em ESF – R$ 8.463,20 (oito mil e quatrocentos e sessenta e três reais e vinte centavos)."

Emenda Nº 005 ao Projeto de Lei nº 011-E-2023

O artigo 4º do Projeto de Lei nº 011-E-2023 passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 4º - Fica revisado no mesmo percentual de 5,79% (cinco vírgula setenta e nove por cento) os valores dos plantões do vencimento do cargo CPE-80 – Médico Plantonista, passando o §1º do artigo 19 da Lei nº 3.597, de 14 de dezembro de 1994 a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19 - .....

(.....)

§ 1º – O vencimento do Cargo CPE-80, Médico Plantonista, é constituído pelo valor fixo e certo, conforme relação e condições abaixo:

I – plantão diurno e noturno, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, de 12 (doze) horas – R$ 1.208,50 (hum mil e duzentos e oito reais e cinquenta centavos);

II – plantão diurno e noturno aos sábados, domingos e feriados, de 12 (doze) horas – 1.611,34 (hum mil seiscentos e onze reais e trinta e quatro centavos)."

7

Emenda Nº 006 ao Projeto de Lei nº 011-E-2023

O artigo 5º do Projeto de Lei nº 011-E-2023 passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 5º - Fica revisado no mesmo percentual de 5,79% (cinco vírgula setenta e nove por cento) os valores constantes como gratificação dos cargos de Agente de Controle Interno, prevista no art. 8º-A, da Lei Complementar nº 137, de 23 de julho de 2021, passando a viger com a seguinte redação:

"Art. 8º-A – Fica instituída a gratificação de R$1.269,48 (um mil, duzentos e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos) para o cargo de Agente de Controle Interno.

Parágrafo único - ....."

Emenda Nº 007 ao Projeto de Lei nº 011-E-2023

O artigo 6º do Projeto de Lei nº 011-E-2023 passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 6º - Fica revisado no mesmo percentual de 5,79% (cinco vírgula setenta e nove por cento) os valores constantes como vencimentos do cargo relacionado no Anexo II – Tabela de Vencimento – Procurador Jurídico – CPE-109, da Lei Complementar nº 169/2023, passando o mesmo a viger com a seguinte redação:

Fls 14

ANEXO I
QUADRO DE CARGOS EFETIVOS DA PROCURADORIA

CÓD.	*CARGO*	*Nº VAGAS*	*Carga horária*	*Vencimento base*	*Nível*	*RECRUTAMENTO*	*Requisitos Atual*
CPE-109	*Procurador Jurídico*	*07*	*30 h*	*R$3.281,80*	*VII*	*Restrito*	*Superior em direito com registro na OAB/MG"*

Emenda Nº 008 ao Projeto de Lei nº 011-E-2023

O artigo 7º do Projeto de Lei nº 011-E-2023 passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 7º - Fica revisado no mesmo percentual de 5,79% (cinco vírgula setenta e nove por cento) os valores constantes como vencimentos dos cargos relacionados no Anexo III – QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DA PROCURADORIA, da Lei Complementar nº 169, de 02 de janeiro de 2023, passando a viger com a seguinte redação:

ANEXO III
QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DA PROCURADORIA

8

CÓD.	*CARGO*	*Nº VAGAS*	*Carga horária*	*VENCIMENTO Base*	*RECRUTAMENTO*	*Requisitos Atual*
CPC - 01	*Procurador Geral*	*01*	*30h*	*R$11.319,81*	*Amplo*	*Superior com registro na OAB/MG*
CPC - 22	*Subprocurador Geral*	*01*	*30h*	*R$8.379,95*	*Amplo*	*Superior em direito com registro na OAB/MG*
CPC - 24	*Chefe de gabinete*	*01*	*30h*	*R$2.923,59*	*Amplo*	*Superior completo*
CPC - 25	*Procurador Coordenador geral*	*01*	*30h*	*R$6.282,15*	*Amplo*	*Superior com registro na OAB/MG*
CPC - 26	*Procurador Coordenador-Geral Contencioso*	*01*	*30h*	*R$4.204,21*	*Amplo*	*Superior com registro na OAB/MG*
CPC - 27	*Procurador Coordenador-Geral da Fazenda e Trabalhista*	*01*	*30h*	*R$4.204,21*	*Amplo*	*Superior com registro na OAB/MG*
CPC -	*Procurador*	*01*	*30h*	*R$4.204,21*	*Amplo*	*Superior com*

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
FLS 15

28	***Coordenador-Geral Consultivo***					***registro na OAB/MG***
CPC - 29	***Procurador Coordenador-Geral Licitações***	***01***	***30h***	***R$4.204,21***	***Amplo***	***Superior com registro na OAB/MG***
CPC - 30	***Procurador Coordenador-Geral Legislação***	***01***	***30h***	***R$4.204,21***	***Amplo***	***Superior com registro na OAB/MG***
CPC - 31	***Procurador Coordenador-Geral Administrativo e Patrimônio***	***01***	***30h***	***R$4.204,21***	***Amplo***	***Superior com registro na OAB/MG***
CPC - 32	***Procurador Coordenador-Geral Urbanístico e Imobiliário***	***01***	***30h***	***R$4.204,21***	***Amplo***	***Superior com registro na OAB/MG***
CPC - 33	***Superintendente Administrativo Operacional***	***01***	***30h***	***R$2.923,59***	***Amplo***	***Superior completo"***

CONSELHEIRO LAFAIETE, 13 DE FEVEREIRO DE 2023.

9

GILCINÉA DA CONSOLAÇÃO TÉLES
– Procuradora do Legislativo –
– OAB/MG 81.681 –

LEONARDO BRUNO AZEVEDO OLIVEIRA
– Analista Jurídico –

/GCT/

EXPEDIENTE
14/02/23

Comunicado nº 016/2023

Comunicamos aos membros da Comissão de Legislação e Justiça, Vereadores João Paulo Fernandes Resende, Pedro Américo de Almeida e Eustáquio Cândido da Silva, que os Projetos abaixo relacionados já se encontram à disposição da Comissão para parecer, e que o prazo regimental para o mesmo é de 10 (dez) dias, conforme dispõe o § 4º do art. 106 c/c art. 342 do Regimento Interno.

Comunicamos também que os Projetos relacionados já foram previamente analisados pela Procuradoria do Legislativo.

Nº	Assunto	Autor
Projeto de Lei 010-E-2023	Altera a Lei nº 5.548, de 23 de outubro de 2013, que "Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio alimentação aos servidores públicos municipais e dá outras providências".	Executivo
Projeto de Lei 011-E-2023	Dispõe sobre o reajuste da Unidade Padrão de Vencimentos – UPV, vencimentos em reais, e dá outras providências.	Executivo
Projeto de Lei 012/2023	Concede revisão geral anual aos vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete e altera os anexos III e IV da Lei nº 5.147, de 23 de novembro de 2009.	Todos os Vereadores
Projeto de Lei 013/2023	Dispõe sobre a revisão dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 5.798, de 7 de julho de 2016.	Todos os Vereadores
Projeto de Lei 014/2023	Dispõe sobre a revisão dos subsídios dos Vereadores do Município de Conselheiro Lafaiete, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 5.799, de 7 de julho de 2016.	Todos os Vereadores

Glicinés da Conceição Teles
Procuradora do Legislativo
OAB/MG 81.681